



# Anais da Assembléia

Nº 15

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 1984

ANO X

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 11.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 1984  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Márcio Almeida e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - (Pela ordem) Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Pela ordem) Sr. Presidente, requero chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Vinte e quatro Srs. Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão. A Mesa procederá a verificação de votação da ata da sessão anterior.

Em votação as Atas. Vinte e quatro Srs. Deputados aprovam. - **Aprovada.**

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, o adiamento da discussão e votação, por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n.º 216/83, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento, na data de ontem, do Senhor Eróclito Antônio Tesseroli, pai do Secretário do Diretório do PMDB, em União da Vitória: Eróclito Hamilton Tesseroli.

O extinto, figura de destaque nos meios políticos e sociais daquele prestigioso município, foi um dos pioneiros na região, constituindo-se num dos pilares de seu desenvolvimento econômico e social, deixando enorme lacuna em seu significativo círculo de amizades e, principalmente, nas fileiras do PMDB, do qual foi um batalhador incansável.

Associando-nos, portanto, à dor da família enlutada, requeremos, outrossim, que a ela seja dado conhecimento do presente requerimento, na pessoa de seu filho acima nominado.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem VÍTOR CARLOS DE OLIVEIRA, ocorrido dia 25 último, em acidente automobilístico, na rodovia que interliga os Municípios de Araçongas e Rolândia.

Vítor Carlos era formado em bioquímica, e exercia suas atividades profissionais no Município de Maringá, para onde se dirigia na ocasião; e no dia 01 deste mês completara seus 27 anos de idade.

Requer ainda que, do presente pronunciamento, se dê ciência ao seu progenitor, Senhor Wilson Campos de Oliveira, à rua José Loureiro n.º 267, ap. 1302, nesta mesma Capital.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa um voto de congratulações ao "Jornal do Estado", na pessoa de seus diretores: Drs. Roberto Barrozo Filho, Roney Rodrigues Pereira e Manoel Moraes Neto, pela inauguração, no último dia 27 de março, da sucursal, em União da Vitória, daquele prestigioso órgão de imprensa.

A mencionada agência, a primeira daquele jornal no interior do nosso Estado, vem demonstrar o carinho e apreço que sua direção dedica àquela progressista região, carinho este que ainda se tornou mais patente por se ter feito coincidir a data de sua instalação com a comemoração do 94.º aniversário de União da Vitória.

A abertura da sucursal do "Jornal do Estado", em União da Vitória, que bem demonstra a preocupação de seus diretores com coisas de nosso Estado, trará, sem qualquer dúvida, imediatos benefícios para o Município e seus vizinhos, fazendo com que o Paraná e o Brasil tomem conhecimento da grandeza de sua gente que, tingida pelo cataclisma meteorológico que assolou a região no ano passado, não se deixou abater e trabalha séria e conscientemente, não apenas na reconstrução de sua economia como na retomada do progresso interrompido pelas enchentes.

O "Jornal do Estado", através desta iniciativa está semeando em solo fértil, junto à gente ordeira e trabalhadora que jamais, mesmo nos momentos de crise e desgraça, deixou de acreditar no seu futuro e na grandeza do Estado do Paraná.

Nestas condições, uma vez aprovado o presente requerimento, requeiro ainda, seja dada ciência do mesmo à direção daquele jornal, pelo encaminhamento aos seus dire-

tores de uma cópia do inteiro teor.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata da sessão dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao "Jornal do Estado", ao jornal "O Estado do Paraná", à Revista "HABITE-SE", à "REVISTA INDÚSTRIA", à "REVISTA PANORAMA" e ao "INFORMATIVO BAMERINDUS", pelas recentes classificações alcançadas quanto da realização do 1.º PRÊMIO PARANÁ DE JORNALISMO, com conseqüente encaminhamento aos Excelentíssimos Senhores Diretores e Editores responsáveis, pelas seguintes classificações obtidas:

#### CATEGORIA "FOTOJORNALISMO"

1.º lugar: Alberto Viana

"União da Vitória. Derrotada pelas Águas"

"Jornal do Estado"

3.º lugar: Orlando Kissner

"Os Pés de Renan"

"O Estado do Paraná"

#### MENÇÃO HONROSA

Carlos Sdroyewski

"A Foto Fala"

#### CATEGORIA "NOSSA GENTE"

3.º lugar: Célia Raquel Gomes

"João, José, Jair. Todos Desempregados"

"Habite-se"

#### CATEGORIA "NOSSA PESQUISA"

3.º lugar: Depnilson Roldo

"I - Procura-se uma Saída.

II - Queda Agravada"

"Revista Indústria"

#### MENÇÃO HONROSA

"Aquelas Flores Maravilhosas Extintas para Todo o Sempre"

"Revista Panorama"

#### CATEGORIA "NOSSA PRODUÇÃO" (MENÇÃO HONROSA)

"O Povo Decide ser Sócio do Progresso"

"Informativo Bamerindus".

Primeiramente vale destacar a realização de um Concurso dessa natureza, promovido pelo Governo Estadual, onde como há muito não acontecia, criou-se um espaço que permitiu a exposição dos profissionais do setor jornalístico, como forma de promover a atuação dos jornalistas, repórteres e fotógrafos.

Os prêmios obtidos por este órgão de imprensa, traduzem sem dúvida alguma, a atuação acima de tudo profissional de todos os seus integrantes e não apenas dos que ora foram premiados.

Dos trabalhos apresentados e devidamente julgados por conceituados profissio-

nais que atuam na imprensa nacional, pode-se verificar que praticamente todos os temas (textos e fotografias) enfocam o Paraná, através de sua gente no contexto social; as diversas regiões e suas principais características; suas relações para com o futuro e perspectivas presentes.

Enfim, acima de tudo, o atual momento vivido pelo jornalismo paranaense, deve ser encarado, em face deste concurso, realizado, como um estímulo às atividades, cujos processos sempre engrandecem o Estado do Paraná bem como a Nação brasileira.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de voto de congratulações à Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - EUCATUR, pela passagem do 20.º aniversário da mesma, Solicita ainda, o envio de cópia do presente expediente ao diretor da empresa, Sr. Assis Gurgacz - Rua Erechim, 1679, Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) EDGAR PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

Empresa cujo pioneirismo foi de vital importância na transformação da região oeste do Estado, no celeiro de produção e de trabalho do Paraná.

Ressalta-se o valor da ação da referida empresa de transporte coletivo em auxiliar na colonização e povoamento de Rondônia e região amazônica servindo e unindo os brasileiros que lá habitam com os brasileiros do Paraná e do Brasil.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER, à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Olímpio de Paula Xavier, digníssimo Secretário de Estado da Administração, solicitando a destinação de um veículo de preferência do tipo Kombi, para servir às atividades do Centro Espírita Allan Kardec, de Umuarama.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Espírita Allan Kardec, de Umuarama, através de seus dedicados membros, desenvolve, por excelência, trabalhos de cunho social em prol de menores desamparados. Mantém o fornecimento de sopa para menores, cuja alimentação atrai um número cada vez maior de crianças caren-

tes. Encaminha crianças para a escola, com objetivo de integrá-las na vida sócio-educacional. Com ajuda dos pequenos, mantém invejável sistema de horta, de onde tira representativa parte de gêneros que alimentam as crianças. Esse enorme, diuturno e louvável trabalho por abnegados, exige, para assegurar regular desenvolvimento dessas tarefas, um veículo que em muito ajudará o atingimento das metas a que se propõe.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Assistência e Previdência Social, no sentido de que se desenvolva estudos visando avaliar a viabilidade de se criar e instalar um posto do INAMPS, na municipalidade de CAMPINA DA LAGOA.

É crescente os índices que apontam o desnível social vivenciado pelo conjunto da população brasileira, possuindo como um dos seus reflexos mais graves, a ausência de uma estrutura que ofereça condições de atendimento no que tange à assistência médica e hospitalar.

O maior ônus desta situação porque passa a Nação, fica a cargo do que tem sofrido as maiores e piores consequências, os municípios, através das prefeituras, onde estas têm convivido com a pobreza de sua gente e as angústias de suas situações.

CAMPINA DA LAGOA está dentro deste contexto, onde a administração municipal tem procurado, na medida do possível, amenizar tais situações, sendo no entanto, medidas meramente paliativas.

Espera-se, neste sentido, que este Ministério estude a tomada de posicionamentos que permitam a eliminação dos fatos ora discutidos, naquele município.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Dr. Luiz Cordoni Júnior, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a instalação de um laboratório de análises clínicas no Centro Social Urbano do Município de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A instalação desse laboratório virá

e elevar ainda mais a qualidade das atividades e serviços prestados pelo CSU de Jardim Alegre, beneficiando ainda mais sua população, especialmente na área de saúde.

Sendo uma reivindicação da municipalidade, e de toda a comunidade, acreditamos no seu atendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Governo Federal, na pessoa dos Senhores Antônio Delfim Netto, Ministro do Planejamento; Mário Andreazza, Ministro do Interior e Afonso Celso Pastore, Presidente do Banco Central, solicitando a adoção de critérios de seletividade quanto às medidas restritivas inseridas na Resolução 831, do Banco Central, especialmente no que se refere a saneamento básico.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

A Resolução n.º 831, do Banco Central, uma das medidas adotadas por Brasília, limita a taxa de expansão das operações das instituições financeiras, a nível controlado pelo Banco Central, mês a mês.

Tal medida restritiva atingiu duramente toda a estrutura financeira do País e, principalmente, os financiamentos ao setor público estadual.

Com efeito, já em junho de 1983, mês da Resolução, o Banco Central emitia a Circular n.º 784, dispondo que "no corrente mês de junho, ficará limitado a 6% dos saldos existentes em 31 de maio de 1983", o crescimento do saldo das operações financeiras nos financiamentos ao setor público estadual, e outras áreas disciplinadas pela Resolução n.º 831.

Para julho de 1984, a Circular n.º 805 fixou aquele crescimento em 7%, e assim por diante.

A taxa de inflação tem-se mantido acima desses 6% a 7% mensais, e em consequência, o saldo das operações financiáveis vem-se contraindo, em termos finais.

Quer dizer, Estados e Municípios passam a contar - a cada mês - com menos recursos para tocar obras públicas inadiáveis ou que já estão em andamento.

Sob os efeitos da Resolução 831, a SANEPAR terá sua programação de investimentos enormemente afetada. A redução de recursos implicará em postergar metas primordiais, alterando o setor de saneamento, incluindo ampliações de sistemas deficientes de abastecimento de água, e consequente desestruturação dos programas para os exercícios subsequentes.

Apenas no Paraná, tais medidas de eco-

nomia implicarão no não atendimento a duzentos e oitenta e um municípios e meio milhão de pessoas, no que tange a saneamento básico.

Curitiba, Londrina e Cascavel, por exemplo, a primeira no que diz respeito a fornecimento e tratamento de água, Londrina e Cascavel quanto à água e esgotos, serão três dos grandes municípios atingidos pelas medidas preconizadas pelo Banco Central.

São 370.000 m de rede de água e emissários de esgotos, que deixarão de ser realizados. Quinhentas mil pessoas estarão vulneráveis a doenças que, fatalmente, trará a falta de saneamento básico, demandando o emprego de recursos também na área dos programas de saúde. Não se pode esquecer, ainda, nesse contexto, o grande índice de desemprego que, fatalmente, ocorrerá nos canteiros de obras.

A solução emergencial será a seletividade dos cortes nos investimentos públicos. Se estamos sob a tutela do FMI, e precisamos cortar aplicações, vamos fazê-lo com cautela, como recomenda o interesse público.

A Assembléia Legislativa do Paraná, pois, alarmada com a repercussão dos cortes em programas prioritários de saneamento básico, decorrentes da Resolução 831, do Banco Central, apela ao Governo Federal para a revisão dos critérios de limitação, com base na seletividade das aplicações, conforme previsto no item II da citada Resolução, contemplando com crescimento real das aplicações a área de saneamento básico a cargo de empresas estaduais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, objetivando a realização de estudos devidos, no sentido de se destinar recursos orçamentários para a construção de um ginásio de esportes na municipalidade de Engenheiro Beltrão.

Trata-se de uma das mais antigas reivindicações da população daquele município, especialmente pelo setor esportivo que, atualmente, não dispõe de um local apropriado para a realização de disputas esportivas nas várias modalidades existentes.

De iniciativa do Departamento de Esportes da Prefeitura Municipal, através do seu responsável, o Senhor Antônio Louzano, este afirma que o porte de Engenheiro Beltrão, bem justifica mais do que nunca, a construção de um ginásio de esportes, em razão de existir na população, grande nú-

mero de jovens e praticantes do desporto.

Existe por outro lado, uma indignação por parte do povo daquele município, pois, segundo a Prefeitura Municipal, já foram no período anterior governamental, liberados recursos para a construção de uma praça esportiva, mas isto não foi feito existindo conseqüentemente, o questionamento sobre tal situação.

Em razão do exposto, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, uma avaliação que permita determinar o encaminhamento de medidas capazes de concretizar a construção de um centro esportivo para Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da CAFE DO PARANÁ, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, objetivando a criação e instalação de um escritório da CAFE DO PARANÁ, para a municipalidade de NOVA CANTU.

Trata-se de uma região de características eminentemente agrícolas e pecuárias, sendo tais condições a base do processo desenvolvimentista verificado ao longo de muitos anos. Com o cultivo de várias espécies de vegetais no setor agrícola, e a criação de diversas raças de animais para corte e leite no setor pecuário, Nova Cantu tem atualmente a necessidade de ter um órgão que seja capaz de assegurar uma orientação técnica ainda maior da existente, assim como oferecer insumos agropastoris e maquinário a serem comercializados de forma mais acessível.

É de capital importância que esta Secretaria de Estado da Agricultura conjuntamente com a CAFE DO PARANÁ, avaliem as condições de atender ao que ora é proposto, cuja concretização permitirá a toda aquela zona rural, uma assistência qualificada e à altura de seu potencial.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja desenvolvido imediatamente a construção de acessos situados à margem da rodovia em obras, ligando o Distrito de

Luiziana (pertencente à Campo Mourão) à Klabin e ao Município de Mamborê.

Tem criado verdadeiros transtornos naquela região, ante a ausência de acessos às propriedades existentes, havendo diversas, cujo acesso é inexistente, proporcionando casos de isolamento entre as áreas agrícolas para com a referida rodovia. Ademais, tal situação já tem provocado até mesmo alguns prejuízos, uma vez que a obstrução não permite o tráfego de veículos, especialmente os maquinários e implementos agrícolas.

Neste sentido, espera-se que esta Secretaria de Estado dos Transportes, em razão da exposição de tais motivos, providencie com a máxima urgência o que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, ao final assinado, REQUER seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação do Estado, solicitando providências a fim de determinar a construção de duas (02) salas de aula no prédio do Ginásio Estadual Lisymaco Ferreira da Costa - Ensino de Primeiro Grau, da cidade de Paranapoema.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O Ginásio Estadual Lisymaco Ferreira da Costa - Ensino de Primeiro Grau, da cidade de Paranapoema, dispõe, atualmente, de oito salas de aula, biblioteca, sanitários e demais dependências necessárias ao seu funcionamento. Ocorre, porém, que no presente ano letivo, o número de matrículas surpreendeu a expectativa das autoridades responsáveis, havendo aproximadamente oitocentos alunos freqüentando aquele estabelecimento de ensino que, sem qualquer dúvida, está a reclamar urgente ampliação do número de suas salas de aula.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Adolfo Frejat, Delegado do I.B.G.E., solicitando a instalação de Agência do IBGE, em Santa Helena.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do Sr. Otávio Gutkoski, Presidente da Câmara Municipal, vê a presente solicitação ser de grande importância para o município.

Como se sabe, Santa Helena perdeu

grande parte de suas terras em virtude da formação do Lago de Itaipu, mas permanece sendo um município de considerável expressão econômica, tanto que já existem várias órgãos federais, comportando, portanto, mais este.

Esperamos contar com o apoio dos Senhores Deputados, na aprovação deste.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apelando pra que determine aos órgãos da Procuradoria Jurídica do Estado que procedam judicialmente contra a cobrança indevida das contribuições do Fundo Nacional de Telecomunicações, reiviniquem a permanência das importâncias já cobradas para investimentos nas telecomunicações locais, e sustem o programado pagamento de Cr\$ 30.000.000.000,00, a ser recolhido ao Tesouro Nacional pela TELEPAR.

Requer, ainda, sejam encaminhadas cópias deste pronunciamento aos Senhores Ministros de Comunicações e do Planejamento, bem assim aos membros da bancada paranaense no Congresso.

Finalmente, requer que, uma vez aprovado o presente requerimento, seja a manifestação considerada como iniciativa oficial desta Casa de Leis, apelando aos Senhores Deputados, unanimidade na aprovação deste.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Trago a esta Casa uma denúncia da maior gravidade. E tenho de antemão a certeza de que terei integral apoio de todos os Senhores Deputados, bem como do Governo do Estado, a respaldar o meu protesto. Espero, também, que o meu pronunciamento desencadeie uma luta, do Paraná somado, para que este Estado não seja espoliado em Cr\$ 30.000.000.000,00. São recursos que nós precisamos, dinheiro que é espoliado dos usuários de serviços telefônicos e desviado indevidamente para a sede da incompetência nacional, ou seja, o Ministério do Planejamento.

Senhores Deputados, trinta bilhões de cruzeiros é o dinheiro que a TELEPAR terá que recolher ao Governo Federal. Foi dinheiro cobrado dos paranaenses nas contas telefônicas, como contribuição ao Fundo Nacional de Telecomunicações.

Nenhum tostão desse dinheiro voltará ao Paraná. Se aqui permanecesse, segundo fontes técnicas da TELEPAR, um terminal telefônico poderia ser oferecido ao usuário por um terço do preço atual.

Seria a democratização de um serviço,

hoje elitizado por um preço absurdo.

Quanto é absurdo o preço dos telefones no Brasil! Saibam, Senhores Deputados, que o chamado autofinanciamento, que é o custo de uma linha telefônica, é um verdadeiro assalto.

Na verdade - e isso não dito por mim, mas por técnicos - o custo de um terminal telefônico no Brasil é o MAIS ALTO DO MUNDO. Exatamente, Senhores Deputados: o mais alto do mundo.

E o dinheiro pago por usuários desses telefones mais caros do mundo estão sendo desviados. Para quê? Para oferecer recursos aos Ministério do Planejamento, notória sede da incompetência administrativa que revolta o povo brasileiro.

É dinheiro suado produzido pelos paranaenses e confiscado pelo Governo Federal, ademais como de todos os usuários de telefones deste País.

Vou oferecer aos Senhores, um resumo dessa verdadeira mutreta administrativa armada sob inspiração do Senhor Delfim Netto.

Em 1962, foi criado o Fundo Nacional de Telecomunicações, com o objetivo óbvio de financiar a expansão e melhoria do sistema de telecomunicações do País.

Como sempre, os recursos viriam em arrecadação embutida nas contas telefônicas.

Em 1975, esses recursos foram transferidos para o então criado Fundo Nacional de Desenvolvimento, ficção criada sob pretexto de centralizar os vários fundos de implemento existentes em diversas áreas administrativas.

Em 1981, o Fundo Nacional de Desenvolvimento foi extinto. E os recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações não retornaram ao seu objetivo original. Ligeiro como sempre, o Ministério do Planejamento absorveu essas verbas.

Isso é um assalto.

Dizer que é um assalto não são palavras minhas, são também do Deputado Federal Renato Johnson, que durante vários anos presidiu a TELEPAR, falando para a Revista Nacional de Telecomunicações.

Isso é um assalto.

Dizer isso, novamente, não são apenas palavras minhas. É o que se infere de declarações prestadas ontem, dia 28, por um ministro deste próprio governo. Falando em Belo Horizonte, o Ministro Haroldo Correa de Matos, das Comunicações, advertiu que as telecomunicações brasileiras entrarão em colapso dentro de cinco anos. Ele disse exatamente as seguintes palavras: "O sistema vai para o brejo".

Isso porque, apesar de atualizadas com frequência, as tarifas não são suficientes para cobrir o rombo provocado pelo confisco do Fundo Nacional de Telecomunicações.

Mas, o tal Ministério do Planejamento,

que nenhuma outra obra executa, além de infelicitar os destinos deste País, vai levantar nesse assalto quatrocentos bilhões de cruzeiros, só este ano.

Já vemos, por aí, onde o Senhor Assis Paim Cunha foi buscar inspiração para detonar o escândalo da Coroa-Brastel. O exemplo veio de cima.

Para que os Senhores Deputados fixem melhor a idéia do que representa esse Fundo: é composto de 30% do valor de cada uma e de todas as contas telefônicas cobradas no País.

A cota do Paraná, este ano, é de trinta bilhões de cruzeiros. Dinheiro que deveria permanecer aqui, barateando a expansão da rede, democratizando a telefonia, implantando a telefonia rural. Ou, simplesmente, desaparecer e baratear o uso dos telefones.

O pior, o mais escandaloso, é que a cobrança é ilegal.

Não sou eu também, quem o diz.

É o professor de Direito Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: o jurista Ruy Barbosa Nogueira.

Na medida em que a contribuição não é destinada ao fim para que foi criada - telecomunicações - transformou-se em imposto sobre o uso de telefone. E isso é inconstitucional. Tarifa não pode gerar imposto. E imposto não pode ser cobrado sem estar previsto em lei.

O ilustre jurista afirma muito bem que o princípio da legalidade é a essência do Estado de Direito. E define muito moderadamente que essa cobrança aos usuários de telefones caracteriza um confisco.

Eu prefiro ainda a palavra "assalto", mais um dos muitos que se cometem contra a Nação brasileira.

Senhores Deputados.

Levantada a questão, e na defesa dos muitos que não podem ter telefone porque é muito caro; na defesa dos que estão pagando com dificuldade o telefone que usam; na defesa dos interesses paranaenses em não permitir que recursos preciosos se evadam para as gavetas da SEPLAN; na defesa da legalidade e da moralidade - na defesa disso tudo -, levantada a questão, peço apoio desta Casa para uma atitude.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 47/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º - O § 1.º, do art. 5.º, da Lei n.º 6.639, de 05/12/74, introduzido pela Lei n.º 7.771, de 13/12/83, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5.º - .....

§ 1.º - A requerimento do Deputado Estadual, da Legislatura em curso, será com-

putado, para todos os efeitos legais, pelo Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar, o tempo máximo de 4 (quatro) anos, desde que sem qualquer cumulação, com contagem de prazo anterior, e que recolha as contribuições mensais devidas fixadas em 14% na base dos subsídios fixos mais variáveis percebidos pelo Deputado Estadual, por ocasião do recolhimento.

§ 2.º - O Conselho Deliberativo disporá sobre o prazo e formas para o cumprimento do parágrafo anterior.

§ 3.º - Ao Deputado em exercício, na data da entrada em vigor desta lei, que perdeu mandato anterior do Deputado Estadual, em decorrência de ato de exceção, aplica-se o disposto no art. 27, da Lei n.º 6.639/74 e suas alíneas, sendo-lhe facultado contribuir sobre 4 (quatro) anos.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data sua publicação, respeitados os direitos adquiridos e revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29/03/84.

(a) IVAN GUBERT

APOIAMENTO: Jorge Maia Filho, Hermas Brandão, Péricles Pacheco, Artagão Mattos Leão, Antônio Belinati, Tércio Albuquerque, Odeni Mongruel, Augusto Carneiro, Werner Wanderer, Nelson Buffara e Edgar Pimental.

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 7.771, de 14 de dezembro de 1983, introduziu sensíveis melhoramentos na Lei n.º 6.639, de 05 de dezembro de 1974, que criou o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar.

Dentre eles, figura o § 1.º, do art. 5.º, que permite a alguns dos atuais Deputados Estaduais computar o tempo máximo de 4 (quatro) anos, desde que recolha as contribuições mensais devidas fixadas em 14% na base dos subsídios fixos mais variáveis por eles percebidos por ocasião do recolhimento.

Acontece, porém, que nem todos os integrantes da Legislatura em curso podem requerer tal benefício, já que não preenchem os requisitos estabelecidos no mencionado dispositivo legal, o que cria uma situação de desigualdade entre Parlamentares detentores de idêntico mandato eletivo.

Assim, em nome do princípio constitucional da isonomia, necessário se faz alterar a redação do § 1.º, do art. 5.º, corrigindo-se a distorção existente e permitindo que todos os atuais Deputados Estaduais possam usufruir de iguais direitos.

##### PROJETO DE LEI N.º 48/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila



Autódromo, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art.2.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Vila Autódromo, está devidamente registrada em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e 1.º Registro de Títulos e Documentos e serve desinteressadamente à coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividades anexado a este plano de lei, cumprindo assim, as exigências da Legislação pertinente à matéria de utilidade pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares, a medida aqui proposta esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos a satisfação de observar que o Paraná está alcançando grande projeção nacional e até mundial, pelos seus valores espirituais e religiosos. Muitos são os paranaenses, ou os que pelo menos tiveram sua formação entre nós, que ocupam importantes cargos a nível nacional e mundial em igrejas de numerosos membros. Dentre outros lembramo-nos do Pastor Nilson do Amaral Fenini, vice-Presidente da Aliança Batista Mundial e Presidente da Convenção Batista Brasileira; do Pastor José Pimentel de Carvalho, Presidente da Convenção das Assembléias de Deus; e do Pastor Enoque de Oliveira, filho de Curitiba, vice-Presidente mundial da Igreja Adventista do 7.º Dia.

O Conselho Nacional de Diretores da Igreja do Evangelho Quadrangular é integrado por um representante do nosso Estado; o Reverendo Eduardo Zdrojewski, 1.º vice-presidente eleito com expressiva votação na Convenção Nacional, realizada no ano passado. Foi ele quem transmitiu a mensagem inaugural da XXXIII Convenção Nacional, levada a efeito de 19 a 22 do corrente, no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, com a participação de quase 2.000 delegados de todos os Estados brasileiros.

Estamos felizes com isso, pois vemos que o povo paranaense desenvolve a sua potencialidade cristã. Mais ainda, por abrigar em seu seio grupos religiosos de gran-

de fé e excepcional comportamento individual e comunitário, como é a Igreja do Evangelho Quadrangular, conhecida carinhosamente como Igreja da Cruzada, por ser a "Cruzada Nacional de Evangelização" o departamento evangelístico responsável pelo avanço desta organização.

A cruzada, hoje, representa um povo com cerca de 450.000 componentes em todo o Brasil, que se reúnem em mais de 4.000 igrejas e obras, liberadas por 5.600 pastores e obreiros licenciados. O preparo destes homens especiais é realizado pelos dez institutos bíblicos, sendo um em Curitiba, Paraná e uma escola por correspondência. Tudo isto se fez apenas em 33 anos, pois foi em 1951 que o missionário Haroldo Williams, iniciou a "Cruzada", na cidade de São Paulo da Boa Vista, Estado de São Paulo.

A XXXIII Convenção Nacional foi liberada pelo notável reverendo George Russel Faulkner, que também é, há 22 anos, Presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil, defendendo os quatro característicos pontos doutrinários: Cristo Salva, Cristo Cura, Cristo Batiza com o Espírito Santo e Cristo voltará. O tema do encontro lembrou o sacrifício de Cristo pelos homens: "Calvário: solução para hoje", apropriado para o espírito dos crentes desejosos de levar alívio aos sofredores, consolo aos aflitos, amor aos carentes e esperança de vida eterna, por meio de Cristo, e todos os que disto necessitam.

Na oportunidade também ficou conhecido o relatório do Secretário Executivo, Reverendo Doutor Jaime Paliarin, que foi reeleito com significativa votação, para um período de quatro anos. Além dos dados estatísticos, que simplesmente mostram o espetacular crescimento da Igreja nos últimos anos, demonstrou uma dinâmica ação e formidável liderança nos oito anos de dedicação e serviço do Evangelho na referida função.

Agora, que vemos o extraordinário progresso do povo paranaense no campo religioso, nossa mente se volta para a inexpressiva representação em outras áreas do cenário nacional e internacional, e ficamos a nos perguntar: será que houve afastamento dos temas espirituais, a ponto de quebrar nossas tradições, como de nossas origens religiosas? Somos, em maioria, filhos de imigrantes profundamente arraigados a fé em Deus Criador. Se esquecemos isto, não é de se estranhar que nossos coestaduanos, parte desta terra, tenham perdido a visão maior, para darem preferência ao que convém a si próprios, ou a limitado círculo.

Por isso, aproveitamos a oportunidade, neste pronunciamento para conclamar as lideranças paranaenses, pois voltamos a nos-



sa tradição dos bons costumes, nos voltamos àqueles que realmente é capaz de nos orientar em benefício de nossos irmãos, de nossos filhos, do futuro de nossa terra.

Muito obrigado. (~~Sem~~ revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS- Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Preocupa-me sobremaneira o movimento que os ilhéus do Rio Paraná programam, inclusive com marcha-monstro sobre Curitiba. Como todo o Paraná sabe, trata-se de uma resultante social propiciada pelas ciclópicas enchentes da bacia hidrográfica do noroeste.

Senhor Presidente e Senhores Deputados: represento nesta Casa, vasta área dessa bacia hidrográfica, e conheço as aflições dos ribeirinhos que, a cada enchente, vêem seus casebres, seus pertences domésticos, seus animais, tudo enfim, rodar rio abaixo, sem apelação, restando a miséria, a fome, o desespero. Diante desta chama social, faço um apelo ao Governo do Estado, no sentido de agilizar ações de seus órgãos, visando soluções adequadas a um mecanismo atingido por periódicas enchentes. Sugiro que medidas rápidas, sejam adotadas, neutralizando, desde já, o deslocamento de perto de cinco mil ilhéus para Curitiba, deixando um rasto ainda maior de descontentamento e alastramento de efeitos negativos sujeitos a distorções de toda a ordem. Devo ressaltar, nesta minha manifestação de Plenário, o apoio dado pelo Governo do Paraná, durante a fase de negociação com o Governo Federal pelo reassentamento dos ilhéus, pela Provopar 80 milhões de cruzeiros destinados a construção de casas aos ribeirinhos que residiam em casas de lona, colocação de médicos, alimentos, agasalhos através da Defesa Civil.

Sabemos que as soluções são de âmbito federal, do INCRA pelo Estatuto da Terra, pelo Ministério dos Assuntos Fundiários, e que da União, de concreto, os ilhéus nada receberam. O Governo José Richa, através do Instituto de Terras e Cartografia, atento à difícil situação dos ribeirinhos e trabalhadores sem terras, levantou diversas áreas de terras, totalizando 49 mil hectares que poderiam ser desapropriadas ou negociadas pelo Governo Federal para o reassentamento de trabalhadores sem terras. O Governo do Paraná não tem poupado esforços no encontro de soluções, tanto que participará, no próximo dia 4 de abril, em João Pessoa, do Encontro Nacio-

nal de Órgãos Fundiários, quando o Doutor João Bonifácio Cabral Júnior, Presidente do ITC do Paraná, na palestra de abertura, levará ao Ministro Danilo Venturini, aos Órgãos Fundiários, um extenso trabalho, dando conta da gravidade do problema, e cobrando imediatas medidas em favor dos ilhéus e dos trabalhadores sem terras".

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No ano passado, em 83, ocupamos essa tribuna para criticar a morosidade com que o Governo Federal tratava o projeto do Estatuto das microempresas. Naquela época depois da Associação dos Microempresários do Paraná e de vários outros Estados terem feito levantamentos minuciosos, exigiu-se a aprovação em caráter de urgência do referido estatuto.

Usamos o termo "mofando" na época, para mostrar o descaso com que o assunto estava sendo tratado na esfera federal, mais particularmente, na Casa Civil do Palácio do Planalto, do Ministério da Fazenda e no Ministério da Indústria e Comércio, já que, de parte do Ministério da Desburocratização, cujo Ministro da época, Doutor Hélio Beltrão, era o autor do projeto, todos os esforços vinham sendo feitos no sentido de que se tramitasse rapidamente, e se entrasse no Congresso Nacional com o Estatuto da Microempresa.

Exatamente no dia seis de novembro passado, vinte dias antes do pronunciamento a que nos referimos, que teve como motivo, principalmente, as declarações do Ministro Camilo Pena da Indústria e Comércio, que, já naquela época dizia da injustiça e a injustiça aqui colocamos entre aspas, do benefício que se estaria fazendo aos microempresários em detrimento do grande empresário nacional, que estaria em condições desiguais de competição, e que hoje retorna o mesmo Ministro, Camilo Pena, da Indústria e Comércio, em recentes pronunciamentos pela imprensa na semana que passou, comunicando alterações introduzidas no Projeto original do Estatuto da Microempresa. A mais importante delas, dizendo respeito à retirada do elenco de proviências que compõem o Estatuto da Microempresa, da emenda constitucional que introduz os benefícios a serem garantidos aos microempresários do País.

Já se passaram quatro meses, Senhor Presidente e Senhores Deputados, desde a última declaração do Ministro Chefe da Casa Civil, Senhor Leitão de Abreu, em que se anunciava a imediata remessa do Estatuto-

to ao Congresso Nacional.

Nós somos levados a pensar que, o que na época mofava, a essas alturas já embolorou. Nada foi feito no sentido que se tramitasse urgentemente a matéria até o Congresso Nacional. As Associações de microempresários, não só a dos microempresários do Paraná. Hoje, o Estado já conta com a Associação dos microempresários do Norte do Paraná, recentemente criado, com sede em Londrina e em vias de criação da Associação de Microempresários de Maringá, da região de Maringá.

Nós temos certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que da mesma forma como no final do ano passado, vários setores de várias Assembléias Legislativas se manifestaram perante o Governo Federal, enfatizando a importância com que o Estatuto da Microempresa, visto que, inclusive do ponto de vista do desemprego, do reaquecimento da economia, esse setor cumprindo papel determinante, uma vez que cerca de 70% da mão-de-obra nacional da população, economicamente ativa, é ocupada através dos empreendimentos dos microempresários. Nós temos certeza que, se novamente as Assembléias Legislativas, se os Deputados dos Estados, a sociedade civil, envidarem os esforços no sentido de pressionar o Governo Federal, a nível de Casa Civil, ultime os preparativos e envie ao Congresso Nacional, como aliás, numa entrevista de dois dias atrás no "Bom Dia Brasil", o Senador, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Albano Franco, comunicava que dentro do Congresso Nacional, há toda a disposição para que seja aprovado com rapidez.

Nosso motivo, então, é o requerimento solicitando apoio à urgência na remessa dessa matéria para o Congresso Nacional. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há dias atrás nós fizemos, desta tribuna, algumas denúncias de irregularidades possíveis que estão acontecendo no Banestado Reflorestadora. Não tive a oportunidade, ou a felicidade de até hoje ser desmentido. Eu digo a felicidade porque, para mim, a maior felicidade seria que o fato fosse mentiroso porque o Banestado é um patrimônio nosso, que nós, paranaenses, construímos, ao longo dos anos, com muito sacrifício e, hoje, o Banestado é um patrimônio que honra e que dignifica todo paranaense.

O Deputado Orlando Pessuti, nobre e

inteligente vice-líder do PMDB, da tribuna desta Casa, apenas me esclarecer um dos fatos: que não houve demissão por parte da Diretoria do Banestado e sim um pedido do diretor-técnico da Banestado Reflorestadora que passou a prestar trabalhos na Sanepar.

Ontem, recebi vários telefonemas em meu gabinete, dizendo que eu lesse a página vinte e sete da "Gazeta do Povo" que tinha alguma coisa contra mim ou contra a denúncia que eu fiz. Apavorei-me porque na "Gazeta do Povo" na página vinte e sete é de anúncios, mas acabei encontrando. Veja bem aqui, um pouco interessante (mostrando o recorte do jornal). Interessante mesmo para que o PMDB tome conhecimento. "Ande mais, Veterinária", é o título do anúncio, e ouçam o que diz: "Gato siamês, elegante, pelo e miado macios, unhas polidas, de boa filiação, mas de melhor apadrinhamento; adora ar condicionado". Falei em três aparelhos de ar condicionado, não foi? Que foram vendidos. Está aí. "Mas só dorme em tronco de imbuia. Deve ser o desvio da madeira, viu. Agrada a governanta". Isto já não entendo - "e é amigo do homem". Quem é este homem? Deve ser o Governador José Richa. "No reino animal prefere o Garanhão" Garanhão? Secretário das Finanças, deve ser. "Mas arrepiava-se na presença do lobo" Quem é esse lobo? No meu entender o presidente da Banestado Reflorestadora, que deve ter afastado o gato siamês. "Pertenceu ao conglomerado". Tem que ser o Banestado, não é? "Mas quebrou o jarro. Atende pelo nome de "Boneca". Será que está errado ou eu estou meio cego? "E foi premiado com um novo ninho na Sanepar". Eu tinha a impressão que a Sanepar é uma prestadora de serviços do povo paranaense, mas lá é um ninho. Não dá para entender, só depois que o PMDB assumiu.

"Interessados, falar com o Paulo Cordeiro. Telefone 234.1233".

Telefonei para ver se tinha algum gato lá à venda. Era a Sanepar. Meu Deus do Céu! É estarrecedor um Governo honesto, participativo, esclarecedor. Eu é que fiquei como mentiroso. Garanhão vai aos jornais e diz que houve um engano. Mas que engano? Porque não explica o engano? Barbaridade. Dá vontade de sumir desta tribuna, enfiar a cabeça no rabo e se esconder, porque no Banestado, nosso patrimônio, não pode acontecer isso... (é interrompido o som dos microfones).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Está sendo reallizada em Santo Antônio da Platina, desde o dia 24 de março, a 12.ª Exposição Feira Agropecuária Industrial Norte Pioneiro. É a demonstração da pujança, do trabalho, da luta de um povo que habita a região mais antiga do Norte do Paraná. É a demonstração do progresso conquistado por um povo que, no dia a dia, vem conseguindo através, exclusivamente, do seu trabalho.

Ontem o Norte pioneiro recebeu a visita de Sua Excelência o Governador do Estado, José Richa. E, para felicidade de toda a população daquela região e, principalmente, para os moradores dos Municípios de Santo Antônio da Platina, Barra do Jacaré e Andirá, o Governador do Estado cumprindo a palavra e, cumprindo o seu programa de campanha, foi até aquela região para entregar, àquela população, a rodovia que liga Santo Antonio da Platina, Barra do Jacaré, Andirá, totalmente pavimentada.

O motivo da nossa vinda à esta tribuna é para agradecer ao empenho com que as autoridades do Estado do Paraná, principalmente na figura de Sua Excelência, o Governador, têm tido para com nossa região.

Para que os Senhores Deputados tenham idéia, para que o Senhor presidente tenha uma idéia, esta rodovia foi iniciada no Governo Jayme Canet Júnior e interrompida durante todo o Governo Ney Braga. Ficou deteriorando por quatro anos, no governo Ney Braga. E não foi por falta de reivindicação. Nós usamos esta tribuna para reivindicar a conclusão desta rodovia, várias vezes.

E o Governador José Richa, durante a campanha eleitoral prometeu que no máximo, um ano depois de sua posse, ele entregaria concretizada, pronta e entregue ao tráfego, aquela importante estrada, importante escoadouro da produção daquela região.

A promessa está cumprida e para nós é motivo de satisfação, é motivo de orgulho, porque pertencemos a um partido em que nosso Governador é sério, em que o programa de campanha está sendo cumprido, porque pertencemos a um partido, mesmo que não queiram alguns senhores Deputados do PDS, está sendo realizado um dos maiores governos que este Paraná já viu. Em menos de um ano de mandato nenhuma obra rodoviária foi paralizada. Em menos de um ano de mandato o governo pagou o 13.º salário ao funcionalismo público. Em menos de um ano de mandato o governador deu o reajustamento semestral ao funcionalismo público e em menos de um ano de mandato o Governador evitou com atitudes austeras, que muitas corrupções fossem continuadas, diminuindo em quase 50% os veículos que serviam o Estado, diminuindo em quase 50% o gasto de combustível, diminuindo também as despesas até em papéis para o serviço burocrático.

Críticas, é papel da oposição; reconhecimento ao trabalho, é papel de homens sérios e que têm compromissos com o seu eleitorado. Por isso eu quero aproveitar esta oportunidade de agradecimento para também convocar os homens livres, os homens honestos, os homens decentes que fazem Oposição, que reconheçam que o Governo José Richa é um governo de trabalho, de honestidade, de decência e acima de tudo, de pujança e acreditamos que daqui há quatro anos nós estaremos novamente nesta tribuna para dar provas do trabalho efetivado por este excelente Governo, isto o PDS não conseguiu fazer do seu Governo anterior.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado Senhores Deputados (**Sem revisão do orador**):

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senhores Deputados, comentando no ano passado com o Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o problema da utilização mordômica dos automóveis do Estado, soube que ele havia apresentado a esta Assembléia, um Projeto de Lei.

O projeto do Deputado Gabriel Sampaio, é um projeto duro, um projeto rígido, extremamente apropriado para as condições de regreção econômica que nós estamos vivendo.

O projeto do Deputado Gabriel Sampaio, estabelece que somente poderão usar veículos de representação no Poder Legislativo, o presidente, o 1.º Secretário, o 2.º Secretário e o presidente do Tribunal de Contas.

No Poder Executivo, o Governador, o Vice-Governador, os Secretários de Estado, o Procurador Geral da Justiça, o Procurador Geral do Estado, o Dirigente Executivo das Autarquias das Empresa Públicas, das Sociedades de Economia Mista e das Fundações.

No Poder Judiciário, o Presidente e o Corregedor Geral da Justiça. Estabelece ainda o projeto do Deputado Gabriel Sampaio um dispositivo para que se aproveite os motoristas, no caso desta restrição do uso mordômico dos automóveis ser aprovada, os motoristas seriam aproveitados em funções compatíveis com a aptidão pessoal, e de acordo com as necessidades da administração, não seriam despedidos.

No dia 30 de novembro de 1983, eu encontrei no meu gabinete, o seguinte bilhete: Requião, em anexo a cópia do projeto de que falamos hoje. Se puder contar com você, tenho a certeza que conseguiremos;

além de um duro golpe nas mordomias, será por certo, um exemplo nacional. Um abraço do Gabriel."

Eu estou fazendo um apelo a esta Assembléia, que considere o Projeto do Deputado Gabriel Sampaio, para o qual há duas sessões atrás requeri e esta Plenária me concedeu regime de urgência, e que a exemplo do Governador Iris Resende, façamos um corte na mordomia automobilística do Estado.

Numa próxima oportunidade, trarei a este Plenário, um elenco completo dos fatos com automóveis, mordômicos na administração pública. Nesta oportunidade, apenas um apelo para que os companheiro das Comissões, colaborem com o andamento do projeto. E que este pedido de urgência não se perca nas gavetas da Mesa da Assembléia.

Por enquanto, muito obrigado. (Sem Revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Encerrado o Pequeno expediente, passamos ao grande Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobre Deputados.

Inicialmente, quero solidarizar-me com as palavras do nobre Deputado Roberto Requião, tanto mais, não fora a utilidade do projeto, não fora a oportunidade do projeto, ele invoca a figura de um grande companheiro nosso, de um grande deputado da Casa, que todos nós aprendemos a admirar e respeitar, que é o nosso companheiro Luiz Gabriel Sampaio.

Então, nesta oportunidade, eu quero dizer ao nobre Deputado Roberto Requião, que, no aspecto de utilidade, o projeto é extraordinário; mas no aspecto sentimental, ele tem uma grande valia para os homens do PDS. Conte Vossa Excelência com o nosso apoio incondicional e irrestrito., à matéria que Vossa Excelência traz a consideração da Casa.

Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados. Eu trago a esta Casa, uma denúncia da maior gravidade. Acho que os homens devem fazer oposição séria; oposição com assuntos que dizem respeito ao interesse imediato do povo brasileiro. E esta oposição o homem público, o detentor do mandato popular, tem a obrigação de fazer em todos os sentidos e em todos os terrenos; não apenas no campo da administração estadual. Mas na federal, na municipal, desde que os interesses da comunidade sejam postergados. Por isso eu trago a esta Casa, esta denúncia. Tenho de ante mão a certeza, de que eu terei integral apoio de todos os Senhores Deputados, bem como do Governador José Richa, que eu tenho absoluta certeza, irá respaldar o meu protesto.

Espero também que o meu pronunciamento

desencadeie uma luta, no Paraná, somando todos os paranaenses, para que este Estado não seja espoliado, em 30 bilhões de cruzeiros. Eu faço também um apelo aos valerosos homens da imprensa do Paraná, para que não olhem a figura modesta do deputado autor da iniciativa; mas o que esta iniciativa encerra de útil em favor do povo paranaense. E talvez aqui no Paraná, se esse movimento tomar corpo, talvez ele se espalhe pelo País inteiro, porque acredito que em todos os Estados brasileiros, esteja ocorrendo o mesmo fato que no Paraná. Os 30 bilhões de cruzeiros de que o Estado será espoliado, são recursos que nós precisamos. Dinheiro que é espoliado dos usuários de serviços telefônicos e desviados, indevida e ilegalmente, para a sede de incompetência nacional.

Os senhores sabem onde é a sede da incompetência nacional? É a Secretaria de Planejamento do Governo Federal.

Trinta bilhões de cruzeiros Senhores Deputados, é o dinheiro que a Telepar deverá recolher ao Governo Federal.

Foi o dinheiro cobrado dos paranaenses nas contas telefônicas, como contribuição do Fundo Nacional de Telecomunicações. E nenhum tostão desse dinheiro voltará ao Paraná. Nenhum!

Vejam os Senhores Deputados a gravidade do assunto. Porque se aqui permanecesse esse dinheiro e, não são afirmativas minhas, são fontes técnicas da Telepar, que me asseguram que se esse dinheiro permanecesse no Paraná, um terminal telefônico poderia ser oferecido aos usuários por 1/3 do preço atual.

Seria a democratização de um serviço hoje elitizado por um preço absurdo. Não é absurdo o preço dos telefones no Brasil? É a pergunta que nós devemos fazer a nós mesmos.

Saibam os nobres senhores deputados que o chamado "alto financiamento" que é o custo da linha telefônica, é um verdadeiro assalto.

Na verdade isto não foi dito por mim, mas por técnicos. O custo de um telefone no Brasil é o mais alto do mundo. Exatamente, o mais alto do mundo. É o dinheiro pago pelo usuário destes telefones mais caros do mundo estão sendo desviados. Desviados para que?

Para oferecer recursos ao Ministério do Planejamento, notória sede da incompetência administrativa que hoje revolta todo o País e todo o povo brasileiro.

Esses 30 bilhões de cruzeiros Senhor Presidente e Senhores Deputados, é um dinheiro suado. Suado e produzido pelos paranaenses, e confiscado pelo Governo Federal. Ademais como todos os usuários de telefones deste País.

Eu vou oferecer Senhor Presidente e

Senhores Deputados, um resumo desta verdadeira mutreta administrativa, armada sobre a inspiração do Senhor Delfim Netto.

Em 1962, foi criado o Fundo Nacional de Telecomunicações com o objetivo óbvio de financiar a expansão e melhoria do sistema telefônico do País.

Como sempre os recursos viriam em arrecadação embutida nas contas telefônicas.

Pois bem, em 1975, esses recursos foram transferidos para o então criado Fundo Nacional de Desenvolvimento. Ficção criada sobre pretexto de centralizar os vários fundos de implementos existentes em diversas áreas administrativas.

Em 1981, o Fundo Nacional de Desenvolvimento foi extinto. E os recursos do Fundo, eu pergunto, para onde foram? Os recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações não retornaram ao seu objetivo original. Ligeirinho como sempre o Ministro do Planejamento absorveu, pura e simplesmente essas verbas. Nós não diríamos que ele pôs a mão no jarro, mas evocou essas verbas para o seu Ministério, isto para mim se configura num assalto, e dizer que é um assalto não são só palavras minhas. São também do Deputado Federal Renato Johnson, que durante vários anos presidiu e com muito brilhantismo e muita seriedade a TELEPAR.

Renato Johnson disse as mesmas palavras, falando para a revista Nacional de Telecomunicações: "Isso é um assalto"!

Dizer isso novamente não são apenas palavras minhas. É o que se infere das declarações prestadas ontem, dia 28, por um Ministro deste próprio Governo, falando ontem em Belo Horizonte, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, o Ministro Haroldo Correa de Matos, das Telecomunicações, advertiu que as telecomunicações brasileiras entrarão em colapso nos próximos cinco anos, ele disse exatamente as seguintes palavras: "O sistema nacional de telecomunicações vai para o brejo", isto porque apesar de atualizadas com frequência, e esta frequência chegou ao ponto de ser feita trimestralmente, as tarifas telefônicas se constituem num verdadeiro assalto aos usuários de telefones, e são reajustadas trimestralmente e queria ainda o Ministro das Telecomunicações que esse reajuste fosse mensal, aumentando ainda mais o assalto, a espoliação contra o povo brasileiro.

E apesar disso tudo, as tarifas não são suficientes para cobrir o rombo provocado pelo confisco provocado pelo Fundo Nacional de Telecomunicações.

Mas o tal Ministério do Planejamento, que nenhuma outra obra executa além de infelicitar os destinos desta Nação, vai levantar nesse assalto 400 bilhões de cru-

zeiros só em 84, é o que o Ministério do Planejamento vai tirar do povo, que tem o telefone, não como luxo mas como necessidade, como objeto de serviço, como objeto de verdadeira utilidade pública.

É por essas coisas, Senhor-Presidente e nobres Senhores Deputados, é que nós acreditamos que o Senhor Assis Paim Cunha foi buscar exatamente no Ministério do Planejamento, exatamente nas hastes do Governo, inspiração para entornar o escândalo da Coroa-Brastel, o exemplo veio de cima, "o Ministro do Planejamento está assaltando o povo brasileiro, bom eu vou assaltar aqui em baixo, nada acontece lá em cima, também não vai acontecer aqui em baixo", como não vai acontecer mesmo!

Para que os Senhores Deputados fixem melhor a idéia do que representa este Fundo, é composto de 30% do valor de cada uma das contas telefônicas cobradas no País, a conta do Paraná este ano é de 30 bilhões de cruzeiros, dinheiro que deveria permanecer aqui, aqui no Paraná, barateando a expansão da rede, democratizando a telefonia, implantando a telefonia rural, hoje proibitiva, os Senhores Deputados sabem disso, que a implantação da telefonia rural é proibitiva, dado o elevado custo de suas instalações, e se para isso não servissem esses 30 bilhões de cruzeiros, podia servir simplesmente para baratear o uso dos telefones. Agora, o pior, o mais escandaloso, é que a cobrança é ilegal. Não sou eu também que diz; que quem sou eu para dizer que essa cobrança é ilegal. Mas quem diz é o Professor de Direito Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que é um grande jurista que todos os Senhores Deputados conhecem: Rui Barbosa Nogueira. Ele diz que "na medida em que a contribuição não é destinada ao fim para que foi criado - as telecomunicações - transformou-se em imposto sobre o uso do telefone, e isso é inconstitucional; tarifa não pode gerar imposto, e imposto não pode ser cobrado se não estiver previsto em lei".

O ilustre Jurista afirma muito bem que o princípio da legalidade é a essência do estado de direito. E define muito moderadamente que essa cobrança, aos usuários de telefone, caracteriza um confisco. Eu prefiro ainda a palavra assalto, mais um dos muitos que se cometem contra a Nação brasileira.

Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados.

Levantada a questão, e na defesa dos muitos que não podem ter telefone porque é muito caro; na defesa dos que estão pagando com dificuldade, o telefone que usam; na defesa dos interesses paranaenses em não permitir que recursos precisos se evadam para as gavetas da SEPLAN; na defesa da

legalidade e da moralidade; na defesa de tudo isso, levantada a questão, levantada a questão, eu peço o apoio desta Casa para uma questão, apelo aos Srs. Deputados, por unanimidade, unanimidade na aprovação de requerimento que passo a ler: "O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvida a Casa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado apelando para que determine aos órgãos de Procuradoria Jurídica do Estado, que procedam, judicialmente, contra a cobrança indevida das contribuições do Fundo Nacional de Telecomunicações. Reivindicam a permanência das importâncias já cobradas para investimento nas telecomunicações locais, e sustentam o programado pagamento de 30 bilhões de cruzeiros a ser recolhido ao Tesouro Nacional pela TELEPAR.

Requer ainda sejam encaminhadas cópias, deste pronunciamento, aos Ministros, digo, aos Srs. Ministros de Comunicações e do Planejamento, cópia autêntica, Sr. Presidente, para que o Ministro do Planejamento sinta a revolta do povo, neste País, por atitudes que tanto prejudicam os interesses da comunidade brasileira, bem assim, Sr. Presidente, aos membros da Bancada Paranaense no Congresso Nacional. Finalmente requer que uma vez aprovado o presente requerimento, tendo o pronunciamento que o antecedeu como justificativa, seja a manifestação considerada como iniciativa oficial desta Casa de Leis. Espero esta generosidade dos meus nobres Pares.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulta à Liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado. Havendo declinado, consulta à Liderança do PMDB se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Por quinze minutos, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Recentemente, tomamos conhecimento, pelos jornais, de que existe um movimento contra o PROGRAMA PARANAENSE DE MICRODESTILARIAS, encetado pelo GOVERNO JOSÉ RICHÁ.

Procuramos nos inteirar melhor sobre o assunto, e verificamos que, dentre muitas entidades, a ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS se posicionou contra as MICRODESTILARIAS, entre outras razões, porque não houve consulta prévia especificamente

àquela ASSOCIAÇÃO, sobre a implementação do programa. Alegam não existir fronteiras agrícolas a serem conquistadas no Paraná, e que são contra a substituição de áreas de criação de animais por áreas a serem cultivadas com cana-de-açúcar. Isto posto, sugerem a IMEDIATA PARALIZAÇÃO DO PROGRAMA.

Tomamos conhecimento, ainda, de que alguns segmentos do próprio governo paranaense pensam da mesma maneira.

Pelo que nos consta, o PROGRAMA DE GOVERNO, no seu todo, em seu conjunto, foi amplamente debatido em todas as dezessete MICRORREGIÕES do Estado do Paraná. O nosso Governador fez constar de sua mensagem à Assembléia, o PROGRAMA PARANAENSE DE MICRODESTILARIAS DE ALCOOL. O programa foi viabilizado por um grupo de trabalho com a participação da Secretaria da Agricultura, da Secretaria do Interior, através da SUPERREHMA, da Secretaria do Planejamento e da própria Secretaria da Indústria e Comércio. Foi discutido com agrônomos da ACARPA e participação, inclusive, do seu próprio Presidente.

No entanto, temos consciência de que a totalidade dos oito milhões de pessoas que vivem em nosso Paraná, ainda não foram informadas de todos os programas de trabalho das Secretarias do nosso Governo. Entretanto, uma expressiva parcela da nossa população tomou conhecimento e aprova este programa que, inclusive, já invadiu as fronteiras dos outros Estados da Federação, e é cobiçado por outros países como Paraguai, Costa Rica e República Dominicana. Não conseguimos entender "dois pesos para a mesma medida", uma vez que se pretende a IMEDIATA PARALIZAÇÃO DO PROGRAMA PARANAENSE DE MICRODESTILARIAS sem a consulta prévia daqueles que participaram, inclusive, da decisão, e é bom salientar que a aprovação do COIND (CONSELHO CONSULTIVO DA POLÍTICA COMERCIAL E INDUSTRIAL DO PARANÁ), significou o "DE ACORDO" de nove Federações, inclusive a da Agricultura.

O Governo JOSÉ RICHÁ foi criticado, na época, com as afirmações "PASSARÁ TODO O GOVERNO DISCUTINDO PLANO DE AÇÃO, QUANDO JÁ DEVERIA TÊ-LO PRONTO QUANDO ASSUMIU".

O Governo José Richa demonstra que é muito mais ágil do que se imaginava a princípio, e já em 17 de dezembro de 1983, inaugurava a primeira Microdestilaria do Programa, a qual foi adquirida comunitariamente, com a participação da Prefeitura Municipal de Maringá.

O Governo José Richa não pode ser acusado POR SER ÁGIL e também POR NÃO SER ÁGIL.

As microdestilarias a serem implantadas caberiam apenas na área priorizada pelo Governo, que é o Arenito do Caiuá. É sabido que a microrregião de Umuarama e



microrregião de Paranavaí, mais alguns municípios com idênticas condições de solo e clima, representam mais de dez por cento do território paranaense, portanto, com mais de dois milhões de hectares disponíveis para um melhor planejamento. As mil microdestilarias previstas inicialmente, absorveriam apenas oito por cento da região do Arenito Caiuá, apenas zero vírgula oito por cento do território paranaense, gerando quarenta mil novos empregos, o que, acredito, seria suficiente para resolver, pelo menos em parte, o problema de desemprego em toda a região do Arenito Caiuá.

O IBGE informa que, do censo de 1970 para o de 1980, a população daquela região foi reduzida em 213 mil pessoas. Naturalmente que não foi pela implantação da cultura de cana-de-açúcar, nem tampouco foi o boi que expulsou o homem do campo.

É importante que se destaque que o descaso do Governo Federal por importantes segmentos da agropecuária nacional, tiveram seus reflexos diretamente sobre o meio rural paranaense, inviabilizando culturas agrícolas, antes tidas como fontes geradoras das maiores riquezas estaduais - como por exemplo, podemos lembrar, aqui a cultura do café, entre outras.

Cabe aqui, também, chamar a atenção daqueles que, costumeiramente, tentam imputar à pecuária a responsabilidade pela expulsão do homem do campo. O boi nunca expulsou ninguém do meio rural. Ele veio como uma das últimas alternativas de que o produtor dispunha para promover, em parte, a recuperação destes solos exauridos. O capim veio promover parte desta recuperação, através da deposição de matéria orgânica, e também para proteger as terras contra a erosão.

Portanto, o boi veio para trazer de volta o homem ao meio rural; veio para contribuir com os aspectos ecológicos paranaenses e finalmente, para produzir riquezas.

As microdestilarias, de modo algum, se conflitarão com os interesses da pecuária, desde que, na sua planificação, efetivamente se compatibilizem as técnicas de exploração racional. Os sub-produtos, tais como as pontas de cana e bagaço, deverão ser aproveitados para a produção de energia (turbina acoplada à caldeira) e ração animal.

Como ração animal, tais produtos se constituirão em importantes fontes alimentares a serem utilizadas para o confinamento de bovinos, proporcionando ao produtor (através desta diversificação), o aumento de sua rentabilidade, produzindo mais carne e mais leite, num menor espaço de terra. Tampouco foi esquecido o fator poluição, pois está previsto que o vinhoto

será utilizado como ração animal, adubação orgânica e até mesmo em biodigestores.

No que se refere ao zoneamento, sempre foi preocupação da Secretaria da Indústria e do Comércio, e de vários Secretários, sendo que todos os pedidos são previamente analisados sob este aspecto, e depois de assegurado que não irão sob nenhuma hipótese, "deslocar área de produção de alimentos", é autorizada a CONTRATAÇÃO.

É importante assinalar, outrossim, que empresas do Governo, como SUREHMA, COPEL e SANEPAR, devem ajudar e irão ajudar no programa, tanto participando do trabalho como fiscalizando e orientando na fase operacional das microdestilarias.

Como exemplos práticos, e sempre adotando o mesmo critério, o Prefeito de São João do Caiuá fez uma "vaquinha" entre 80 (oitenta) produtores rurais e Prefeitura (a qual compra dez das oitenta quotas), gerando quarenta empregos mediante o aproveitamento de apenas ÁREAS OCIOSAS ou sub-utilizadas pelos cotistas. Assim, reterá em seu município 600 milhões de cruzeiros que, até então, estavam sendo remetidos aos países produtores de petróleo. E os benefícios diretos que isto traz, todos nós podemos imaginar.

O PRÓ-ALCOOL é criticado sob diversos ângulos. Sabemos, inclusive, que está montado sobre EMPRÉSTIMOS EM DÓLARES. Sem discutir o mérito do programa, não seria esta a grande chance do Brasil mudar o modelo? A triste verdade é que, no Acre, em Rondônia e em Roraima, o custo real de álcool, que já foi transportado até de avião, chega a Cr\$ 1.000,00 para o Governo, o qual, não obstante, vende-o ao preço normal, tabelado de Cr\$ 332,00.

Isto significa Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo é obrigado a subsidiar a conta do álcool no montante de 200 bilhões de cruzeiros ao mês, importância esta correspondente a 40% do orçamento do Estado do Paraná em 1983. E este dinheiro não cai do céu: sai do bolso do contribuinte, do seu, do nosso bolso.

Não é fantástica, então, a PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, através de "vaquinhas" para melhor DISTRIBUIÇÃO DA RENDA? Ou será que, apenas por contrariar o modelo e a tradição, não devam prosperar a ousadia e a voluntariedade para criar novas alternativas?

Este PROGRAMA nada custou aos cofres do TESOURO DO ESTADO DO PARANÁ, nem obteve recursos federais. Sua implementação é uma rara combinação de capital e trabalho. O BAMERINDUS pagou a tecnologia complementar necessária, doando-a ao Estado através da TECPAR; os industriais correram e suportaram todos os riscos. A Prefeitura de Maringá acreditou. E os técnicos, até então sub-utilizados, puderam ser úteis ao seu



Estado.

Que bom seria, programas desta envergadura serem gerados e implantados PELO MESMO PREÇO, ou seja, a custo zero para os cofres do Estado!

Acreditamos que, desta forma, tenhamos dado alguns informes que possam acrescentar aos já existentes e que pusessem em execução o programa das microdestilarias.

O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado, nós acompanhamos de perto o trabalho de Vossa Excelência como Presidente da Comissão de Agricultura, da qual também faço parte, deixando registrado durante o ano que passou, serviços e trabalhos de Vossa Excelência, de envergadura, em favor da agricultura do Estado.

Agora, Vossa Excelência traz para conhecimento da Casa, do Estado, o programa do Estado que prevê a instalação, se ouvi bem, de cerca de mil microdestilarias, na região do Arenito do Caiuá.

Eu escuto e recebo esta notícia com muita alegria, porque o Arenito do Caiuá constitui-se de aproximadamente 100 municípios, onde produzem, aproximadamente 30% da economia do Estado, e necessita, precisa de ter a atenção do Governo do Estado, para o tipo de formação de sua terra, porque ela é de fácil ocasionamento de erosão. As chuvas que ocorrem naquela região, se demais, não só os prejuízos das estradas, mas a erosão urbana, provocaram a aplicação de milhões de cruzeiros para a salvação daquela cidade.

Há um projeto específico no Estado do Paraná, que se chama "PRÓ-NOROESTE", que objetiva obter recursos da União, acoplado com recursos do Estado para atender ao combate da erosão a que me referi há pouco.

Mas, não é o bastante.

É necessário, e cumprimento Vossa Excelência e ao Governo do Estado, que, conforme anúncio de Vossa Excelência coloca agora, prioritariamente, aquela região rica e fértil do Paraná, como prioritária no programa das microdestilarias.

Muito obrigado e cumprimento Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte de meu prezado companheiro, Deputado Basílio Zanusso, e me permito incluí-lo em meu pronunciamento.

E diria mais, prezado companheiro, Deputado Basílio Zanusso, que de fato, o Arenito do Caiuá, é uma região que precisa receber um tratamento diferenciado, e entendemos que o programa de microdestilarias, com a implementação de alguns, veja bem, haja vista que apesar do volume previsto de microdestilarias, a área a ser abrangida não é tanta assim.

Eu acredito que a implantação desses

poucos canaviais, virá em muito contribuir para o combate da erosão do solo rural, porque nós entendemos que a cana é, antes de mais nada, uma cultura que auxilia no combate à erosão, em função da camada morta que ela forma, e também, em função do enraizamento que ela proporciona no lugar em que ela está plantada.

Concluindo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu diria que este assunto microdestilarias, ainda merece, não tenha dúvida, algumas outras discussões, porque é um programa novo e tem que haver um estudo contínuo em cima dele.

Temos que atentar, e muito, para a questão do zoneamento, para que não venhamos, efetivamente, a implantar canaviais onde nós plantamos cereais destinados ao consumo e à alimentação interna, como feijão, trigo, milho e a mandioca.

Entendo ainda mais que, viabilizado esse programa, nós teremos resolvido, pelo menos ainda que em pequena parcela, o problema do combustível, que é um combustível nosso, e que está provado que está dando certo, que é o álcool.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - O tempo de Vossa Excelência está esgotado e lhe concede mais cinco minutos para conclusão.

O Sr. Alencar Furtado - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado Orlando Pessuti. Com prazer eu ouço seu pronunciamento, porque também represento parte da região do Arenito Caiuá, e sei que esta região esquecida dos governos, porém explorada economicamente, de uma maneira até certo ponto muito desumana, deixando esta região a descoberto de florestas, deixando esta região a braços com um programa permanente de erosão, e os homens que lá se enriqueceram, abandonaram esta região, porque não teriam mais madeira para explorar, e hoje esta região do Arenito Caiuá, sendo escolhida pelo Governo José Richa, para implantação das microdestilarias, como prioridade, irá levar para esta região, um halo novo de esperança, para aquele povo, como bem dizia Vossa Excelência, na última década, pelo último censo, 213 mil pessoas abandonaram a região, e eu dizia dias atrás num programa de rádio em Paranavaí, que se nós não nos ativéssemos para o problema crucial da região, dentro de 50 anos aquela região praticamente se tornaria um deserto e deixaria de existir como área econômica para o Paraná. E, a escolha não poderia ser mais promissora para a região e para o Governo. Porque a capacidade produtiva de cana da região do Arenito Caiuá, é 25% maior do que a média do resto do Estado do Paraná.

Por conseguinte, age, socialmente muito bem e tecnicamente de acordo com as ne-

cessidades econômicas do Paraná e de emprego do povo do Paraná. E, face já a esse programa, ilustre Deputado Orlando Pessuti, nós temos mantido contato com o Secretário da Indústria e Comércio, para também a par desta instalação das microdestilarias, ampliarmos para, realmente, resolvermos não só o problema de abastecimento de álcool, mas, realmente solucionarmos o problema social de desemprego de toda a região do Arenito Caiuá.

Este é o começo. Tenho certeza que até o final do Governo José Richa, nós haveremos de estar dando a toda região do Arenito Caiuá, este novo alo de esperança e de perspectiva de um amanhã melhor e estaremos dando um basta de evasão de gente para outros estados, para enriquecer outros Estados e empobrecer o nosso.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu que agradeço Deputado Osvaldo Alencar Furtado e da mesma forma gostaria com a vossa permissão, para incluí-lo no bojo do meu pronunciamento. E diria mais ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que além do programa de microdestilarias de álcool a partir da cana-de-açúcar, teríamos que continuar estudando e procurando também viabilizar as microdestilarias, com o aproveitamento da mandioca. Que poderiam de certa forma, vir, numa forma de integração com a suinocultura, para que nós pudéssemos também aproveitar os resíduos desta destilação na engorda e criação até mesmo de suínos.

Espero que, desta forma, tenhamos possibilitado um maior entendimento desse programa, e tenhamos contribuído com alguma coisa em favor do programa de microdestilarias para o Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do restante do tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sobre a BANESTADO Reflorestadora que o Deputado Tércio Albuquerque levantou da tribuna. Se os problemas continuam, eles vieram de governos passados, nós vamos exigir a apuração - viu Tércio!

Se realmente existem estes desvios, nós queremos que o Governo puna os responsáveis. Quem se desviou dos caminhos preconizados pelo Governador José Richa deve pagar perante a justiça. Nós sempre criticamos atos desabonadores de governos passados, não é hoje porque estamos no governo que iríamos mudar esse posicionamento. Assim como sempre exigimos punição, nós

exigimos também, que se puna aqueles que desvirtuam a filosofia do Governador José Richa que é um homem sério.

Sobre a BANESTADO Reflorestadora, o melhor que o Governo faz, realmente, é extingui-la. Não há razão de existir. É muito problema pelo pouco que representa para o Estado. E o Deputado Tércio tem mais um aliado nessa denúncia. Porque hoje me parece que no País existe apenas dois partidos políticos: o dos políticos sérios e bem intencionados e dos desonestos. E pelo conhecimento que tenho de Vossa Excelência, Vossa Excelência situa-se no time dos políticos sérios, idealistas e consequentes. Tem portanto nosso apoio.

O quadro político brasileiro caminha para mudanças profundas, essas certezas se acentuam à medida em que fatos concretos vão se perfilando na dinâmica do dia-a-dia da política. Enquanto os partidos de Oposição continuam com a bandeira das diretas, arrastando milhões às praças e identificando uma aspiração nacional, nos bastidores se travam a luta dos interesses de grupos em meio a articulações e negociações. Qual o brasileiro, qual o político que pode afirmar, com segurança, que o atual quadro político-partidário será o mesmo nos próximos meses? Quem pode assegurar que chegaremos às eleições de 86 com a mesma composição partidária de hoje?

Na verdade, respira-se uma atmosfera de profundas mudanças. As modificações a nível de partidos políticos serão substanciais. O PMDB, o PDS, o PDT, o PT e o PTB irão brevemente conviver novamente com novas siglas ou, na pior das hipóteses, com uma nova agremiação partidária. Articula-se para logo a criação de um partido de centro, moderado, ao sabor, diríamos assim, do ex-PP para o qual seriam carregados as insatisfações, os interesses e os acertos de cunha.

Que o quadro está confuso ninguém duvida, que muitos estão insatisfeitos nos atuais partidos, também não há como negar. Por circunstâncias de momento, no passado, muitos se agruparam em núcleos partidários que não condizem com a sua formação ideológica. Hoje, sentem-se estranhos no ninho e, para esses políticos, a volta às origens é até uma questão moral. Os exemplos no Paraná e no Brasil são inúmeros, fatos, eloquentes. Não é de hoje que o grande público assiste pela TV, ou lê pelos jornais o encaminhamento da questão política nacional e, embora de forma nunca direta, mas com voltas, meias voltas e subterfúgios, nota-se claramente pelas posições, pelas atitudes que se esboça a nível nacional o agrupamento de pessoas em busca de novos caminhos.

Para os políticos não há como desconhecer esses novos alinhamentos da políti-

ca nacional que vivemos hoje. Temos que ter lucidez para identificar o novo quadro que começa a se formar. E os indícios estão aí, quer num almoço quando se homenageou o ex-governador, onde facilmente poderiam ser notadas figuras de expressão da política dos dois partidos - PMDB e PDS, que no posicionamento de um governador, cujo exercício é pedir moderação. Mais indício: o que passa pela cabeça de um Senador que está no Congresso sem o voto popular, que sobe a rampa para negociar? Negociar o quê? Talvez buscando um pretexto desde logo para justificar numa nova mudança? Os fatos estão colocados.

O ano de 84, creiam os Senhores, será marcado por fatos políticos de relevância, pois quando os moderados se juntam, buscando interesses comuns, aliados a grandes empresários e aos banqueiros, a sensibilidade nos leva a acreditar em novos lances, os quais, acreditem, em nada se identificarão com o clamor popular, pois como dizia um pensador revolucionário da América Latina: "os moderados têm medo, ou de alguma forma, pensam trair".

Era isso, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert,, devidamente apoiado, constante do expediente. - À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 152/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 95/83), que objetiva doar ao Município de Campo Largo, o edifício localizado na Praça Getúlio Vargas, onde funcionava o antigo Fórum da Comarca, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 157/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dispõe sobre plantação de pinheiro do Paraná ou erva-mate, em terras que confrontam com rodovias pavimentadas, e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 172/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", com sede no Município de Terra Boa. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 173/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 107/83), que doa edifícios dos Terminais Rodoviários de Passageiros aos Municípios que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 176/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a entidade "LAR ANANDA", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 216/83, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao inciso III, e ao parágrafo 3.º, do artigo 140, da Lei n.º 6174, de 16/11/70, conforme especifica, (APOSENTADORIA DE FUNCIONÁRIOS QUE TENHAM EXERCIDO CARGO DE DIRETORIA EM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o mesmo, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação, por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n.º 216/83, constante da Ordem do Dia de hoje. - **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 177/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA LEÃO", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com parecer FAVORÁVEL e EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 177/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública Associação dos Moradores e Amigos da Vila Leão, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/10/83.

(a) ROBERTO REQUIÃO

## JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos da Vila Leão, está devidamente registrada em cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e 1.º Registro de Títulos e Documentos e serve desinteressadamente à coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividades anexadas a este plano de lei, cumprindo assim, as exigências da legislação pertinente a matéria de utilidade pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 177/83.

De autoria do ilustre Deputado Roberto Requião, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores Vila Leão.

Encontra-se o processo do instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Entretanto, tendo em vista as modificações introduzidas pela alteração anexa, somos pela APROVAÇÃO do projeto nos termos do substitutivo que ora apresentamos.

Sala das Comissões, em 25.10.83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei n.º 177/83

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores Vila Leão

Art.1.º- Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores Vila Leão, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art.2.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.10.83.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR-Presidente

Apoiamento: José Antônio Fonseca, Hermas Brandão e Homero Oguido.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 180/83, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que denomina "RODOVIA HEITOR ALENCAR FURTADO", a estrada que liga Paranavaí a Santa Izabel do Ivaí. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI N.º 180/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1.º- Fica denominada "Rodovia Heitor Alencar Furtado" a estrada que liga Paranavaí a Santa Izabel do Ivaí.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ANTONIO ANIBELLI.

## JUSTIFICATIVA:

O companheiro Heitor de Alencar Furtado, jovem ainda, aos 22 anos, surgiu na cena política nacional, eleito para uma cadeira na Câmara Federal, ocupando o lugar deixado vago por seu pai, José de Alencar Furtado, cassado de forma arbitrária e injusta quando exercia a liderança da bancada federal, do antigo MDB.

Seguindo os passos de seu pai, Heitorzinho, como o chamavam os mais chegados, soube somar a combatividade e aguerrimento característicos da juventude à experiência dos mais velhos. Firme em suas convicções, mas sempre aberto ao debate, pautou sua conduta no Congresso Nacional na defesa intransigente da democracia e dos interesses maiores de nossa pátria. Crítico feroz do arbítrio, não titubeava em denunciar as mazelas do autoritarismo, estando sempre ao lado dos injustiçados e oprimidos. Teve papel destacado em todas as lutas travadas no período em que estava na Câmara Federal: a anistia, a luta contra a extinção do antigo MDB, contra o adiamento das eleições de 80, na denúncia dos terroristas do Rio Centro- enfim, um combatente, sempre à frente das lutas de seu povo.

Quando das eleições de 1982, sendo seu pai, reabilitado politicamente pela Anistia, candidato a uma cadeira na Câmara Federal a mesma que o arbítrio havia lhe usurpado a ele, Heitor, ocupava - entendeu de postular uma cadeira na Assembléia Legislativa, representando a região de Paranavaí. Pretendia dessa forma continuar participando da luta pela democracia e dar a sua contribuição ao novo Paraná que nasceria das urnas no 15 de novembro. Imprimia à sua campanha um tom contundente, denunciando vigorosamente, a situação de miséria do nosso povo, as desigualdades sociais, a política econômica voltada exclusivamente para o favorecimento do capital estrangeiro e das multinacionais.

Quis o destino que um irresponsável, entrincheirado em um pretenso acorbetamento das forças da "lei", ceifasse, de maneira brutal, a sua vida jovem e cheia de esperanças. Heitorzinho tombou na luta pela redemocratização.

Temos a convicção de que a sua vida

não pode e não deve ser perdida em vão. Pelo contrário, a vitória de José Richa e a consagração que seu pai, Alencar Furtado, receberam das urnas, é a prova inequívoca da vontade de nosso povo de mudar, e do amor que esse mesmo povo devota àqueles que, apesar dos sacrifícios, se postam, com determinação e coragem, à frente da luta pela libertação nacional.

Dar o nome de "Heitor de Alencar Furtado" à Rodovia que liga Paranavaí a Santa Izabel do Ivaí, é, não apenas uma homenagem prestada pelos seus sentidos companheiros, quando se completa um ano de seu desaparecimento, mas um símbolo que deve ficar para a posteridade de como a luta por um ideal pode custar a um homem e sua vida, mas nunca a sua honra.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 180/83.

De autoria do ilustre Deputado Antônio Annibelli, visa o presente plano de lei, denominar "RODOVIA HEITOR ALENCAR FURTADO" a estrada que liga Paranavaí a Santa Izabel do Ivaí.

Quanto ao aspecto formal, o processo obedece aos requisitos do Regimento desta Casa, inexistindo reparos a fazer.

No que concerne ao mérito, a proposição é de absoluta oportunidade e justiça, já que objetiva prestar significativa homenagem ao jovem parlamentar cuja vida pública ficou conhecida por seus ideais de justiça social.

Em tais circunstâncias, dada a ausência de qualquer impedimento à normal tramitação do processo pelos demais órgãos da Casa, somos de opinião FAVORÁVEL, à aprovação do projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
GILBERTO CARVALHO - Relator

1ª DISCUSSÃO- Do projeto de Lei n.º 184/83, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE AUDIO-COMUNICAÇÃO INFANTIL"- ANPACIM, com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 184/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE AUDIO-COMUNICAÇÃO INFANTIL- ANPACIN, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2.º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário à presente.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Norte Paranaense de Áudio Comunicação Infantil- ANPACIN, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, com Estatutos devidamente registrados sob n.º 728, em 29.01.82, no Registro de Títulos e Documentos de Maringá, está em pleno e regular funcionamento, atendendo às finalidades para que foi criada.

Consta em seus Estatutos que é uma associação civil de caráter filantrópico e com duração indeterminada, tendo por objetivo principal a reabilitação de menores portadores de defeito de áudio-comunicação, através de ensino especial, usando de todos os meios modernos tanto em equipamentos como em metodologia, com a finalidade de integrá-los na sociedade.

A entidade não distribui lucros, bonificações ou dividendos, sob qualquer forma ou pretexto aos sócios, diretorias ou mantenedores, aplicando sua receita e patrimônio dentro do território nacional. Os membros de sua diretoria e conselhos consultivo e fiscal não são remunerados.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 184/83.

Visa o projeto em pauta declarar de utilidade pública, a "Associação Norte-Paranaense de Áudio Comunicação Infantil-ANPACIN, com sede e foro na Cidade de Maringá, neste Estado.

A sobredita associação tem fins filantrópicos, dedicando-se, principalmente, à reabilitação de menores portadores de defeitos de áudio-comunicação.

São indiscutíveis os altos propósitos a que tem de se propor a entidade.

O processo preenche os requisitos legais e regimentais para a efetivação da medida proposta, motivo por que o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.11.83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente  
ERVIN BONKOSKI- Relator.

1ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.º 192/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS", com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 192/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica declarada de utilidade pública Estadual, a Associação de Senhoras

de Rotarianos de Campo Mourão, com sede e foro no Município de mesmo nome.

Art.2.º-Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Senhora Dirce Daleffe Aires, Diretora e Vice-Presidente da Associação de Senhoras de Rotarianos de Campo Mourão, com sede e foro no Município, visa o presente concretizar e reconhecer o trabalho de alto cunho social, seja o de prestação de assistência filantrópica aos mais necessitados da comunidade mourãoense.

Contando já com o reconhecimento a nível municipal, conforme Lei n.º 212, de 31 de agosto de 1978, daquele Executivo Municipal.

A finalidade da referida Associação, é acima de tudo dirigir e colaborar com obras e iniciativas por ela julgadas meritorias, bem como fomentar a amizade entre as suas sócias e desenvolver programas tendentes a inspirar movimentos análogos em outras comunidades rotárias.

Neste sentido, apela a presente Associação para a compreensão dos Nobres Parlamentares, possa a ASR de Campo Mourão ser considerada de utilidade pública Estadual, preenchidos os requisitos legais da Lei n.º 6.994, como o comprova a documentação que segue em anexo.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 192/83

De autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, o presente Projeto de Lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Campo Mourão, com sede e foro no citado município.

Analisando a proposição em tela, temos que em seu bojo se encontram justificativas das mais detalhadas, que nos convence de sua importância e oportunidade em prol da comunidade visando proteger aos mais necessitados de Campo Mourão.

Legal e constitucional, a matéria não encontra óbice algum que possa impedir sua tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente  
EZEQUIAS LOSSO- Relator.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Se-

nhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Eróclito Antônio Tesseroli, ocorrido no dia 28 de março do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Vítor Carlos de Oliveira, ocorrido no dia 25 de março do corrente ano, na rodovia que interliga os Municípios de Arapongas e Rolândia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo a destinação de um veículo de preferência do tipo Kombi, para servir às atividades do Centro Espírita Allan Kardec, do Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao "Jornal do Estado", pela inauguração daquele órgão de imprensa, no Município de União da Vitória. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Empresa União de Cascavel de Transportes e Turismo Ltda: EUCATUR, pela passagem do seu 20. aniversário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Assistência e Previdência Social, encarecendo a criação e instalação de um posto do INAMPS no Município de Campina da Lagoa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um laboratório de análises clínicas no Centro Social Urbano do Município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao "Jornal do Estado", ao "Jornal O Estado do Paraná" à Revista "Habite-se", à "Revista Indústria", à "Revista Panorama" e ao "Informativo Bamerindus" pelas recentes classificações alcançadas quando da realização do 1.º Prêmio Paraná de Jornalismo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expe-

diente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros do Planejamento e do Interior, bem como ao Senhor presidente do Banco Central, encarecendo a adoção de critérios de seletividade quanto às medidas restritivas inseridas na Resolução n.º 831 do Banco Central, especialmente no que se refere ao saneamento básico. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a destinação de recursos orçamentários para a construção de um ginásio de esportes, no Município de Engenheiro Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da CAFE do Paraná, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um escritório daquela Entidade, no Município de Nova Cantu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de acessos situados à margem da rodovia em obras, ligando o Distrito de Luiziana, pertencente a Campo Mourão, à Klabin e ao Município de Mamborê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a construção de duas salas de aula no prédio do Ginásio Estadual Lysimaco Ferreira da Costa - Ensino de 1.º grau, no Município de Paranapoema. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Delegado do IBGE, encarecendo a instalação de agência daquele Instituto, no Município de Santa Helena. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, apelando para que determine aos órgãos da Procuradoria Jurídica do Estado que procedam judicialmente contra a cobrança indevida das contribuições do Fundo Nacional de Telecomunicações, reivindiquem a permanência das importâncias já cobradas para investimentos nas telecomunicações locais, e sustem o programado pagamento de 30 bilhões de cruzeiros a ser recolhido ao Tesouro Nacional pela Telepar. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 3.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 1984**  
**(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Márcio Almeida e Augusto Carneiro. Às dezesseis horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Emar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (**Werner Wanderer**) Não havendo expediente a ser lido.

Passa-se à

 **ORDEM DO DIA,**

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores Deputados:

1.ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Resolução



n.º 99/83, (Mensagem n.º 115/83 - ex-proposição n.º 110/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o 8.º Termo Aditivo de 16/01/82 ao convênio celebrado em 07/10/76, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando dar continuidade aos Serviços de Informações de Mercado Agrícola.- **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 100/83, (Mensagem n.º 112/83 - ex-Proposição n.º 107/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os municípios que especifica, celebrados em 08/05/80, para realização da primeira

Festa do Feijão, e em 30/11/82, para realização da primeira Exposição Sul Americana de Suínos e VIII EXPOBEL.- **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 02 de abril, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 152, 157, 172, 173 e 176/83.
- 2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 177, 180, 184 e 192/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 99 e 100/83.

Levanta-se a sessão.